

ATA RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FPRS /2018

Data: 28/11/2018 – quarta-feira

Hora/Duração: De 14:20min às 15h45min (duração: 1h25min)

Local: Sala Minas Gerais – Ed. José Campomizzi Filho – 3º andar

Pauta:

1. Validação da ata anterior

2. PGA Finalístico 2018-2019

2.1 Acompanhamento da execução das ações previstas no PGA Finalístico 2018-2019
(Apresentação do painel e relatório – Channel);

2.2 Solicitações de mudanças de projetos.

3. Distribuição de Propostas de Projetos do Escritório de Projetos

3.1 Projeto Família Presente.

4. Assuntos Diversos e Encaminhamentos

4.1 Aprovação do Calendário de reuniões para 2019;

4.2 Assuntos Gerais

- ✓ Disponibilização do painel de acompanhamento dos projetos;
- ✓ Apresentação pelo Procon do projeto sobre a Recomendação CNMP nº 67/2018.

Membros:				
1.	PGJA Institucional	Nedens Ulisses Freire Vieira	PRESIDENTE	Presente
2.	CamPJ	Nadja Kelly Pereira de Souza	Miller	Ausente
3.	CGMP	Ary Pedrosa Bittencourt		Presente
4.	OUVIDORIA	Alceu José Torres Marques		Ausente
5.	CAEL	Edson de Resende Castro		Presente
6.	CAO-CA	Afonso Henrique de Miranda	Teixeira	Ausente
7.	CAO-Crim	Henrique Nogueira	Macedo	Presente
8.	GAECO	Cássia Virgínia S. Teixeira	Gontijo	Ausente
9.	CAO-DCA	Paola Domingues Botelho Reis de	Nazareth	Presente
10.	CAO-DH	Cláudia Spranger e Silva	Luiz Motta	Presente
11.	CAO-ET	Renato Fróes Alves	Ferreira	Presente
12.	CAO-MA	Luciana Imaculada de Paula		Presente
13.	CFDI	Bertoldo Mateus de Oliveira	Filho	Ausente
14.	CAO-SAÚDE	Nélio Costa Dutra	Júnior	Presente
15.	CAO-TS	Maria Lúcia	Gontijo	Presente
16.	CAO-PP	José Carlos Fernandes	Júnior	Presente
17.	CEAF	Antônio de Padova Marchi	Júnior	Ausente
18.	CIMOS	André Sperling	Prado	Ausente
19.	COPLI	Marcos Tofani Baer	Bahia	Presente
20.	GSI	Denilson Feitoza	Pacheco	Ausente
21.	PROC. CÍVEL	Geraldo de Faria Martins	Costa	Ausente
22.	PROC. CONSTITUC.	Maria Angélica	Said	Ausente
23.	PROC. CRIM.PREFEITOS	Edson Firmino de Paula		Presente
24.	PROC. CRIMINAL	Arnaldo Alves	Soares	Ausente
25.	PROC. DIFUSOS	Jacson Rafael	Campomizzi	Presente
26.	PROC. HABEAS CORPUS	Edmar Augusto	Gomes	Ausente
27.	PROC. MILITAR	Epaminondas Fulgêncio	Neto	Ausente
28.	PROC. RECURSOS ESP.	Adilson de Oliveira	Nascimento	Ausente
29.	PROCON	Amauri Artimos da	Matta	Ausente

ATA RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FPRS /2018

30.	PROEduc	Daniela Yokoyama	Ausente
31.	COECIBER	Christianne Cotrin Assad Bensoussan	Presente
Quórum de instalação: 18 membros presentes (Maioria absoluta para deliberações = 15 membros)			
Secretaria do FPRS:			

Dr. Nedens Ulisses, Presidente do FPRS, abriu a sessão dando boas vindas a todos. Em seguida passou para o item 1 da pauta.

1. VALIDAÇÃO DA ATA ANTERIOR

Ata aprovada conforme regimento, sem alterações.

Providência Secretaria FPRS: Publicar no portal, na página do FPRS.

2. PGA FINALÍSTICO 2018-2019

2.1 Acompanhamento da execução das ações previstas no PGA Finalístico 2018-2019 (Painel de Acompanhamento online Channel)

Apresentação dos painéis via Channel contendo o acompanhamento da execução dos projetos integrantes do plano, considerando as informações inseridas na plataforma pelos respectivos gerentes de projeto. Os painéis estão acessíveis para todos aqueles que têm login do Channel para fazer esse acompanhamento; o link para eles, por enquanto, está restrito na intranet do MPMG, na página do Planejamento (Planejamento>Plano Geral de Atuação>Painel de Acompanhamento).

Em seguida, os coordenadores de CAO's fizeram breve explanação dos projetos sob sua responsabilidade, pontuando dificuldades e compartilhando resultados obtidos.

CAOCRIM – Projeto APAC em todo Canto – Dr. Henrique – disse que o objetivo do projeto é dar cumprimento ao ato do PGJ que reconhece a APAC como instituição apta a cumprir a pena. Foi realizado o mapeamento das APACs existentes no Estado, tanto das 39 em funcionamento e quanto daquelas em instalação. O número de unidades em instalação era de cerca de 40, mas após verificação constatou-se que apenas 22 estavam em fase de implementação. Foram instados os Promotores de Justiça do interior para que, independentemente da fase de implementação, fossem realizadas audiências públicas para mobilização ou remobilização de quem ainda não houvesse executado. Apenas os Promotores de justiça das comarcas de Várzea da Palma e São Francisco demonstraram interesse.

Projeto Repressão Qualificada à Criminalidade – Dr. Henrique – reiterando a informação prestada na reunião, disse que o projeto parte de um comitê central estadual para pensar a segurança pública de forma articulada, criando grupos de trabalho em nível estadual e local para interlocução diária entre o Promotor de Justiça, o Delegado de Polícia e o comandante da PM, mas, infelizmente, o fim do mandato do governador fez com que as forças atrassassem as indicações de participantes. O Corpo de Bombeiros fez a indicação apenas este mês e acredita-se que os indicados pela cúpula da

ATA RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FPRS /2018

cada instituição serão todos trocados em janeiro. Decidiu-se, então, deixar tudo preparado para que em janeiro sejam procurados os novos chefes das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros para que sejam feitas as indicações e que a reunião possa ser realizada no máximo até fevereiro.

CAOSAÚDE – Projeto Rede de Cooperação Saúde, Justiça – NATPRE - Dr. Nélio - explicou que em meio à execução do projeto integrante do PGA deparou-se com a ocorrência de dois problemas: a situação (de crise) financeira dos municípios, sendo eles fundamentais para a instalação das equipes; e também a redundância com um projeto levado adiante este ano pelo poder Judiciário no qual já existem câmaras de conciliação exclusivas de saúde sendo instauradas progressivamente nas comarcas com estrutura do próprio Judiciário. Por conta dessas questões tivemos manifestações de não interesse dos Promotores de Justiça na adesão ao projeto. A questão será levada oficialmente à Copli, juntamente com documentação para provocar o pedido de substituição do projeto.

CAOMA – Projeto Efetivação das Áreas de Reserva Legal – Dra. Luciana Imaculada – Trata-se de um projeto de análise qualitativa das áreas de reserva legal nos inquéritos civis que integram a meta da Corregedoria para encerramento. São inquéritos antigos e que, por alguma razão, ainda não tiveram o arquivamento homologado Conselho Superior. Nos casos em que antes havia a necessidade de uma diligência *in loco*, o projeto propõe fazer uma análise qualitativa dessas áreas de reserva legal através da interpretação das imagens de satélite. O projeto até o momento atendeu a 217 inquéritos, com a expedição de 217 laudos técnicos e 142 interlocuções por e-mail com os órgãos de execução, portanto, é bastante satisfatório o resultado do projeto, o qual ainda está atendendo à solicitação dos promotores.

Projeto Recuperação e Combate ao Desmatamento da Mata Atlântica - Dra. Luciana Imaculada – expôs a aprovação do suporte financeiro do Funemp para execução. Foi executada a primeira fase com bastante sucesso em parceria com a Polícia Ambiental, Ibama e Semad. Nessa primeira fase foram lavrados 48 autos de infração; apreendidos 4500m³ de lenha extraída de forma irregular; e realizada a apuração de desmatamento de forma irregular de 1269 ha de mata atlântica. Todos os autos de infração já foram elaborados e encaminhados para as promotorias locais. O projeto será desenvolvido em 6 fases, atuando em áreas delimitadas por imagens de satélite nas regiões onde há mais pressão para desmatamento da Mata Atlântica. Esse projeto se desenvolve no âmbito de outro projeto de nível nacional, realizado em parceria com outros estados que também têm mata atlântica.

CAOPP – Projeto Águas Limpas: Efetividade da Lei de Acesso à Informação nos Municípios Mineiros- Dr. José Carlos – Na execução do projeto referente ao Portal da Transparência obteve-se a instauração de 976 procedimentos em 195 promotorias do Patrimônio Público e destes procedimentos instaurados 222 já foram concluídos.

Projeto “Viajante errante, passo sem rumo”: **Saneamento de Irregularidades na regulamentação do custeio de viagens de agentes públicos municipais – Dr. José Carlos** – O projeto se presta à verificação da regularidade das normas que disciplinam o pagamento de diárias, fomentando o controle social e preventivo. Obteve-se adesão de 182 das 296 promotorias, com a instauração de 997 procedimentos, dos quais 240 já foram concluídos. O projeto está tendo avanços

ATA RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FPRS /2018

significativos, inclusive com elogios de órgãos relacionados aos municípios em virtude da questão do caráter preventivo.

CAODCA – Projeto Fortalecimento dos Fundos Municipais da Criança e do Adolescente – Dra. Paola Domingues – Relatou que a parte que cabia ao Centro de Apoio no que diz respeito às atividades do projeto constante do PGA –produção de roteiros, elaboração de materiais – já foi concluída.

Projeto Medidas Socioeducativas em meio aberto – Dra. Paola Domingues – comunicou que, no que diz respeito principalmente às metas das medidas socioeducativas, foram coletadas informações junto aos promotores de Justiça a partir de e-mails enviados. Acredita que o número real de adesões ao projeto possa ser maior do que o apresentado, mas essa foi a quantidade informada pelos Promotores de Justiça, a quem compete essa responsabilidade.

No que diz respeito aos planos municipais socioeducativos está sendo feito um acompanhamento das publicações dos planos desde a elaboração da recomendação do CNMP para que o MP formentasse a elaboração deles. Hoje há 202 planos aprovados em Minas Gerais que correspondem a quase 25% dos municípios mineiros. Essas são as informações que temos a partir da coleta de dados junto às promotorias de Justiça.

CAODH – Projeto Atuação resolutiva do MP na tutela coletiva da segurança pública – Dra. Cláudia Spranger – explicou que esse projeto diz respeito a algumas capacitações que ocorreriam no âmbito do MP para os promotores e em seguida seriam realizadas reuniões regionais; justamente aquela que nós mudamos para encontros regionais, aprovado aqui nesta reunião do FPRS. A capacitação já foi realizada, mas iremos iniciar a partir de dezembro as primeiras reuniões regionais pelo interior, são 4 reuniões previstas.

CAOTS – Projeto Aprimoramento e Capacitação para o Exercício do Velamento das Fundações no Estado de Minas Gerais – Dra. Maria Lúcia Gontijo – Em relação à capacitação a ser realizada nesses encontros regionais, dependia-se da disponibilização de um programa através do qual as fundações apresentam suas prestações de contas e neste ano a Fundata, que é quem disponibiliza o programa, atrasou mais de 60 dias na sua apresentação e quando foi disponibilizado o programa do Sicap já estávamos no mês de julho e não foi possível marcar os encontros regionais no segundo semestre porque o CEAF cancelou o último encontro que iria realizar em Araxá devido à eleição do PGJ. Em relação às outras metas que era roteiro de atuação, isso tudo já foi apresentado. Questionou se a não existência de medição seria por causa dos encontros?

Rodrigo Otávio – respondeu que não foram registradas essas medições, os números desses indicadores não foram registrados no sistema.

ATA RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FPRS /2018

Dra. Maria Lúcia – explicou que o gerente do projeto está em gozo de férias e o CAO não tem o co-gerente para ter acesso ao Channel, por isso não houve o lançamento de dados para atualização das informações do projeto.

COECIBER – Projeto Prevenção como Forma de Combate aos Crimes Cibernéticos – dra. Christianne Cotrin – falou que apesar de o projeto estar com um indicador de 146%, também enfrenta as mesmas dificuldades apresentadas pelo colega José Carlos, que é a questão da sensibilização dos colegas para nos receber; os que receberam, receberam muito bem e é isso que aumenta o índice de crianças e os números de multiplicadores. A meta foi dividida por comarcas a serem visitadas em 2018 e 2019. Em 2018 não, devido a algumas intercorrências, não foi possível visitar todas as comarcas.

Informou que há Promotores de Justiça aos quais foi enviado ofício e não houve resposta. Talvez esses Promotores de Justiça estejam entendendo que a adesão ao PGA seja uma faculdade. Então, apesar de estar com os índices bem acima do previsto, ainda há muitas visitas a serem realizadas e não está havendo esse retorno, assim como também não está havendo retorno da empresa cuja parceria foi firmada via TCT.

CAEL – Projeto Combate à Corrupção Eleitoral – Dr. Edson Resende – comunicou que todas as atividades do projeto que eram de responsabilidade da coordenadoria foram cumpridas, tais como a elaboração das peças, roteiros de atuação, atendimento, etc. Disse estar com o mesmo problema de todo mundo, pois dos 304 promotores eleitorais, apenas 56 informaram no SRU. Nos últimos tempos foram feitos vários comunicados aos colegas e semana passada fizemos um último para que a informação viesse atualizada para essa reunião solicitando o lançamento das atividades no SRU para que pudéssemos ter um retrato fiel. Do relatório anterior que possuía 54, passou para 56 promotores. Esse é um problema que é comum a todos nós, a adesão dos colegas, e no caso do CAEL o projeto significou uma alternativa de atuação preventiva na linha do que se tem pregado, houve a adesão de 56 colegas. É a hora de se pensar se vamos continuar sugerindo ou se vai haver uma exigência maior do cumprimento do PGA.

Dr. Nedens Ulisses – explicou que a questão que foi levantada pelo José Carlos inicialmente e encampada pelo Edson é uma situação corriqueira, comum a todas coordenadorias. Para uma próxima reunião poderia se estabelecer um espaço para reflexão para tratar especificadamente dessa situação, com participação da Corregedoria e de todos os órgãos da Administração Superior para vermos o que pode ser feito. Sabe-se que uma adesão forçada não resulta em um bom trabalho ou em um bom resultado, é importante discutir e criar mecanismos para que isso aconteça, de uma forma ou de outra.

ATA RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FPRS /2018

2.2 Solicitações de mudança de projetos

Apresentação pelos coordenadores do CAODH e COPLI das justificativas que embasaram as solicitações de mudança em projetos integrantes do PGA Finalístico 2018-2019.

➤ **Projeto Articulação do MPMG na tutela coletiva da segurança pública potencializando a articulação INTRA e INTER institucionais a partir de interfaces do Controle Externo da Atividade Policial com outras áreas de atuação do MPMG – ARTICULE! - CAODH**

1. Alteração da atividade nº 3 – “Criar e estruturar o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial no âmbito do MPMG que atuará como uma rede (a exemplo da Rede PROCON-MG)” para “Fomentar a criação e estruturação do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial no âmbito do MPMG que atuará como uma rede (a exemplo da Rede PROCON-MG)”.

Justificativa: O CAODH não possui atribuição que possibilite o cumprimento da referida atividade.

2. Alteração da atividade nº 5 – “Elaborar material de apoio visando orientação, suporte e aperfeiçoamento funcional dos órgãos de execução na atuação resolutiva do MPMG na tutela coletiva da segurança pública, considerando as atribuições em Controle Externo da Atividade Policial, Apoio Comunitário, Conflitos Agrários, Conflitos Possessórios Urbanos, Criminais, Defesa dos Direitos Humanos, de Execução Penal, Enfrentamento à Violência contra a Mulher.”

Justificativa: Alteração do termo “Elaborar material de Apoio” para “Elaborar Nota Técnica”

3. Alteração da atividade nº 6 – de “Realizar reuniões semestrais na comarca discutindo e executando a atuação resolutiva do MPMG na tutela coletiva da segurança pública, em sintonia com o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial” para “Discutir e executar a atuação resolutiva do MPMG na tutela coletiva de segurança pública, em sintonia com o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial, através da realização de evento e encontros regionais”.

4. Exclusão da atividade nº 7 – “Desenvolvimento de pesquisas no âmbito do Termo de Cooperação Técnica 039/2017, firmado entre o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Fundação João Pinheiro (FJP/MG).”

Justificativa: A entrega dos produtos da referida pesquisa independe da atuação deste CAODH, tendo este órgão o poder apenas de acompanhamento, o que poderia impedir o total cumprimento do PGA. Referida exclusão, impossibilitaria a efetivação da terceira meta de esforço e seu respectivo indicador, de modo que requeremos, também, sua retirada.

Dra. Cláudia - explicou a todos o motivo das solicitações de mudança no projetos; ao assumir o CAO em janeiro esse PGA já estava delineado e eu não tinha essa

ATA RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FPRS /2018

expertise, com o tempo eu fui aprendendo e é por isso que hoje estou solicitando esses reajustes.

- **Exclusão em todos os projetos da atividade** – “ Documentar, integrar e fornecer à COPLI informações relativas à execução deste projeto para acompanhamentos necessários.”

Justificativa: Com a migração do controle da execução dos projetos para o sistema eletrônico de gerenciamento de projetos (Channel) torna-se desnecessária a remessa periódica de informações por meio de formulários

Deliberação FPRS: APROVADAS todas as solicitação de mudança de projetos.

3. Distribuição de Propostas de Projetos do Escritório de Projetos

Dr. Nedens Ulisses – fez a distribuição da seguinte proposta de projeto:

1. Projeto Família Presente: Dra. Miriam Queiroz Lacerda Costa – CFDI;

4. ASSUNTOS DIVERSOS

4.1 Aprovação do Calendário de reuniões para 2019

Deliberação FPRS: APROVADO

4.2 Assuntos Gerais

- Disponibilização do painel de acompanhamento dos projeto

Dr. Marcos Tofani - informou a todos que o painel de acompanhamento dos projetos já está disponível na intranet – Planejamento Institucional – Plano Geral de Atuação.

Comunicou que temos a intenção de diponibilizar também no Portal do MPMG e no Portal da Transparência (em substituição aos relatórios já existentes) o acompanhamento desses projetos.

Dr. Edson Resende - disse que a única observação que faz é exatamente quanto a participação dos colegas, não sei se a intenção seria também informar os resultados, as ações empreendidas, porque antes de resolvermos a questão internamente publicar que dos 304 promotores eleitorais, 56 aderiram ao projeto, isso comprometeria a Instituição.

Dr. Nedens Ulisses - informou que a alegação é bem razoável, sugeriu que como nós temos preagendado para a primeira reunião de 2019 a discussão desse tema, podemos conjuntamente ou conseqüentemente depois de deliberar sobre essa proposta estabelecer um desenho mais claro do que é possível. Isso pode ser um problema, mas pode ser uma solução, essa transparência pode levar aqueles que não aderiram ao PGA reconhecerem uma responsabilidade. É bom que trabalhemos em conjunto e essa construção seja coletiva.

- Apresentação pelo Procon de projeto sobre Recomendação CNMP nº 67/2018 – Não houve apresentação.

ATA RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FPRS /2018

REUNIÃO ENCERRADA: 15:45 min

Elaborado por:

Fernanda Gabriel Guzella